



O futuro é o tempo resistente

«Não pode ser, isto não pode estar a acontecer neste Portugal de Abril!» – esta foi seguramente a primeira reação de muitos de nós aos resultados das últimas eleições legislativas que catapultaram para 3.º lugar uma força da extrema-direita e para 4.º outra, de aspecto mais civilizado, mas não menos extrema em termos económicos.

Custa muito, se custa! Tal como custa ver penalizadas forças políticas que desde sempre se bateram pelo progresso e desenvolvimento do País, por uma justa distribuição da riqueza, pelos direitos de quem viveu e vive do seu trabalho, com propostas e soluções para os enormes problemas com que nos defrontamos. Tal como custa ver «recompensadas» pelo voto «útil» de tanta gente bem intencionada, estratégias de poder baseadas ora na mentira de que o chumbo do Orçamento do Estado fora imperdoável, ora na ameaça da vitória da direita.

Mas como sempre, é preciso procurar analisar, ver mais fundo e longe e, sobretudo, não se ficar à espera para agir.

Há uma reconfiguração das forças da direita (o CDS teve 24 deputados em 2011 e ficou agora sem representação parlamentar), com deputados fascistas na Assembleia da República (um, pelo menos, responsável por ataques bombistas e crimes de morte); há uma maioria absoluta do PS que não nos sossega, tendo em conta a sua prática em anteriores governos de maioria absoluta ou maiorias com o apoio da direita. Mas, será que os votantes da CDU e do BE, crenças que os efectivos benefícios da anterior governação se poderiam prolongar e, sob a ignóbil e interesseira chantagem das sondagens da última semana, proporcionaram ao PS essa maioria, ficarão mudos e quedos na perspectiva muito realista da viragem do PS para a sua natural submissão aos ditames dos grandes grupos económicos e da UE, agora sem o PCP, designadamente, a «estorvar»?

Pois não estão para aí porta-vozes do sector financeiro, do grande patronato, ex-governantes e comentadores dos sítios do costume a reclamar: nada de aumentos salariais, nada de aumento de pensões,

redução de impostos para o capital, manter legislação do trabalho do tempo da troika, privatizar, reduzir serviços públicos (o SNS é o alvo principal), ou, como gostam de dizer, reduzir a despesa pública, continuar a especulação imobiliária! Pois não está aí um aumento brutal do custo de vida, em tantos casos só justificado pelo objetivo cego do lucro máximo!? Pois não estão aí escancarados os lucros de tantos bancos e empresas que apesar ou à custa da situação pandémica, os aumentaram obscenamente?!

Sim, a luta deve e vai continuar!

A experiência da longa resistência antifascista ensina-nos que não há derrotas para quem sonha e luta pelos ideais de liberdade, democracia, paz e justiça social!

«Isto vai, meus amigos, isto vai/ um passo atrás são sempre dois em frente», disse Ary dos Santos, o poeta da Revolução de Abril, em 1978, num daqueles momentos de curvas apertadas com perigos iminentes para o rumo da democracia portuguesa. E o poema, justamente intitulado *O Futuro* dizia mais e serve como uma luva aos dias de hoje: «O que é preciso é ter sempre presente/ que o presente é um tempo que se vai/ e o futuro é o tempo resistente».

COMEMORAR ABRIL É DEFENDER A DEMOCRACIA

Desfiles, concentrações, sessões, festas são algumas das expressões que assumirão as comemorações dos 48 anos do 25 de Abril.

Pág. 6

VIAGEM AOS AÇORES PARA LEMBRAR REPRESSÃO NAS PRISÕES DE ANGRA DO HEROÍSMO - Pág. 6

PARAR A GUERRA, DAR UMA OPORTUNIDADE À PAZ - Pág. 12

Teresa Lopes

HOMENAGEM A AMÉRICO LEAL no centésimo aniversário do seu nascimento

Uma centena de democratas de Setúbal e Palmela concentraram-se, dia 20 de Janeiro, junto ao Monumento à Resistência Antifascista, na Av. Luísa Todi, em Setúbal, para evocar Américo Leal no dia do seu centésimo aniversário.

Américo Lázaro Leal, antigo operário corticeiro, morreu em Junho de 2021 com 99 anos. Foi um resistente antifascista, membro do PCP desde a clandestinidade. Depois de Abril, pertenceu ao Conselho Directivo da URAP, foi deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República pelo distrito de Setúbal.

Na cerimónia, que contou com a presença do presidente da Câmara Municipal de Setúbal, André Martins, e dirigida por Jacinto Artur, interveio Vítor Zacarias, do núcleo da URAP, que destacou a personalidade e a obra do homenageado.

Nascido em Sines, a 20 de Janeiro de 1922, Américo Leal foi um grande dinamizador da URAP tendo criado o núcleo desta organização em Setúbal. Foi preso em 1943, e mais tarde em 1958/59 com a sua companheira e com o filho mais novo de ambos. Durante a ditadura, fez parte da comissão local do Movimento



de Unidade Democrática (MUD) e era membro do PCP desde 1947, tendo estado 27 anos na clandestinidade.

No 25 de Abril encontrava-se no Porto. Regressou a Sines, dias depois do 1.º de Maio, com a sua companheira de sempre, Sisaltina Santos. São recebidos pela população em peso, numa demonstração de reconhecimento pelo seu heroísmo na resistência antifascista e na luta pela liberdade e democracia.

HOMENAGEM AOS ANTIFASCISTAS MORTOS NO TARRAFAL



A URAP realiza esta evocação todos os anos, desde 1978

A URAP prestou homenagem, dia 19 de Fevereiro, aos antifascistas mortos no Campo de Concentração do Tarrafal, em

Cabo Verde. A evocação realizou-se junto ao memorial erguido no cemitério do Alto de S. João, em Lisboa, que contém os restos mortais transladados em 1978.

“Aos que na longa noite do fascismo foram portadores da liberdade e pela liberdade morreram no Campo de Concentração do Tarrafal”, lê-se no mausoléu, que evoca igualmente o nome das 32 vítimas.

Manuel Candeias, sindicalista, ex-preso político e do Conselho Nacional, foi o orador principal da cerimónia presidida por Nuno Figueira, do Conselho Directivo. Os dois oradores sublinharam o dever de preservação da memória, que não pode ser apagada, ainda mais quando já não há tarrafalistas vivos.

O momento cultural foi preenchido com música tocada à viola e cantada por Ruben Martins, e poesia dita pela actriz Lucinda Loureiro.

100 ANOS DA SEARA NOVA CELEBRADOS PELA URAP



O auditório da Torre do Tombo acolheu, dia 15 de Dezembro, uma sessão pública promovida pela URAP para celebrar o centenário da Seara Nova, histórica revista de intervenção democrática, fundada a 15 de Outubro de 1921 por Aquilino Ribeiro, Augusto Casimiro, Azeredo Perdigão, Câmara Reys, Faria de Vasconcelos, Ferreira de Macedo, Francisco António Correia, Jaime Cortesão, Raul Brandão e Raul Proença.

A sessão, dirigida por José Pedro Soares, coordenador da URAP, contou com as intervenções dos seareiros Sérgio Ribeiro, economista, ex-preso político e antigo colaborador da revista; Catarina Pires, jornalista e actual redactora; Levi Baptista, advogado, membro da ID, presidente da Assembleia-geral da URAP e ex-director da Seara Nova.

Com a presença de cerca de 50 pessoas, os membros da mesa apresentaram e desenvolveram, em curtas intervenções, diversos aspectos relacionados com a vida, o percurso e a actividade da Seara Nova ao longo destes 100 anos. O actual director, João Madeira Lopes, usou igualmente da palavra, bem como outros assistentes ao debate.

URAP

URAP

Propriedade e edição da
**UNIÃO DE RESISTENTES ANTIFASCISTAS
PORTUGUESES**

Membro da Federação Internacional de Resistentes

DIRECTORA **ANA PATO**

PAGINAÇÃO E GRAFISMO **SÓNIA SEMIÃO**

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

AV. JOÃO PAULO II, LOTE 540-2D, LJ 2

1950-157 LISBOA • TELEFONE 213 576 083

DEPOSITO LEGAL: 357338/18

Elas estiveram nas prisões do fascismo

EM TODO O PAÍS

Rita Rato, directora do Museu do Aljube, Resistência e Liberdade, apresentou o livro *Elas estiveram nas prisões do fascismo*, dia 14 de Dezembro, no Armazém 8, em Évora, numa sessão dirigida por Sara Fernandes, do núcleo da URAP, e na presença de cerca de 40 pessoas. Homenageou todas as mulheres presas, sublinhando que estas tomaram corajosamente a decisão de sonhar e lutar por uma vida melhor.

A sessão contou com a presença de Eulália Miranda, em representação da URAP, terminou com um momento de música e poesia a cargo de Ulisses Couvinha, Carmen Granja e José Lourido.

No dia 12 de Fevereiro, no Auditório Municipal de **Pinhal Novo**, concelho de Palmela, decorreu nova sessão, conduzida por Pedro Soares, membro do Conselho Nacional da URAP. Na presença de cerca de 40 pessoas, entrevistaram o presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, Carlos Jorge Almeida, e a vereadora da Cultura da Câmara Municipal, Maria João Caleira, que destacaram o papel da URAP na preservação da memória histórica e na denúncia dos crimes do fascismo.

Carlos Mateus, do Conselho Directivo, falou do papel da URAP enquanto associação unitária que combate o branqueamento do fascismo e lembra os que lhe resistiram.

Maria Alberto Branco, membro da URAP e da Direcção Nacional do MDM, afirmou que o livro presta homenagem às mulheres que foram presas pela ditadura fascista e que contribuíram para que a liberdade e a democracia tivessem sido finalmente alcançadas em Abril de 1974.



Célia Figueira, encenadora do grupo de teatro EnsaíArte, contou na primeira pessoa - através de uma foto do espectáculo *Tempo de Mágica* - o terror vivido no tempo sombrio da ditadura.

A Sociedade 1.º de Agosto Santairiense acolheu, dia 19 de Dezembro, a apresentação do livro, a cargo de Marília Villaverde Cabral, numa sessão organizada pelo núcleo da URAP de **Santa Iria de Azóia**, com a presença de cerca de 40 pessoas. Presidiu aos trabalhos Diamantino Torres, do Conselho Nacional e do núcleo.

Marília Villaverde Cabral alertou para os tempos que correm em que, «apesar da Revolução de Abril, há ainda discriminação», apelando em seguida à continuação da luta. «Hoje, também é necessária a luta para que o fascismo nunca mais volte à nossa terra», disse. A dirigente da sociedade, Luísa Simão, agradeceu a realização deste tipo de iniciativas, que evocam tempos de opressão e resistência.

A Junta da União de Freguesias do Laranjeiro e Feijó e os núcleos de **Almada** da URAP e do MDM apresentaram o livro, dia 11 de Dezembro, no Auditório do

Edifício do Poder Local, no Feijó, numa sessão presidida por Carlos Mateus, do Conselho Directivo, que contou também com a participação de Maria Alberto Branco, que valorizou o papel desta obra para combater a invisibilidade a que a mulher é votada na História de Portugal.

Luís Palma, presidente da Junta, destacou a prioridade para o contacto com as escolas, promovendo o conhecimento do passado de ditadura e repressão e a discussão dos aspectos da cidadania que são o garante da democracia e da liberdade.

Marianela Valverde, doutoranda e investigadora na FCSH-UNL, realçou que na batalha contra a ditadura, as mulheres também estiveram presentes, apesar da desigualdade imposta e discriminatória que as procurava confinar ao papel de mãe, esposa e dona de casa.

A sessão, na qual participaram cerca de 60 pessoas, contou com dois momentos de poesia, por Gil Marovas, e José Manuel Maia. Terminou com um momento musical protagonizado pelas Cantadeiras de Essência Alentejana.

URAP E MDM UNIDOS EM DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES

Para assinalar o Dia Internacional da Mulher, a URAP lançou a terceira edição da obra *Elas estiveram nas prisões do fascismo*, que está a ser promovida em dezenas de sessões, em colaboração com o MDM. A URAP solidarizou-se com a Manifestação Nacional de Mulheres, promovida pelo MDM nos dias 5 e 12 de Março (respectivamente em Lisboa e no Porto), participando na segunda com uma delegação.



SESSÃO NA ESCOLA PROFISSIONAL DE IMAGEM EM LISBOA

A URAP participou, dia 13 de Dezembro, numa palestra na Escola Profissional de Imagem/EPI, em Lisboa, sobre a luta clandestina contra o fascismo, a Revolução de Abril e os objectivos alcançados.

Perante 120 alunos de seis turmas, entre os 15 e os 18 anos, e oito professores, presencialmente e em on-line, o ex-preso político Adelino Pereira da Silva, membro do Conselho Nacional da URAP, abordou o tema.



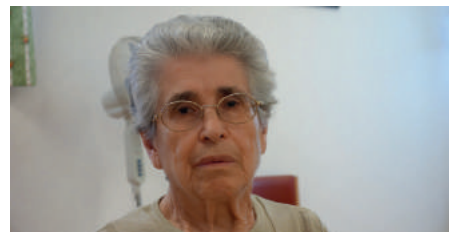
Maria Lourença Cabecinha

Maria Lourença Calção Cabecinha, nascida no Monte da Aldeia, S. Cristóvão, militante antifascista e ex-presa política, morreu dia 7 de Janeiro em Montemor-o-Novo, aos 88 anos.

Militante e funcionária do PCP, companheira de António Gervásio desde

os 18 anos, esteve cinco anos e meio presa no Forte de Caxias, entre 1964 e 1969.

Lourença Cabecinha teve uma vida de luta contra o fascismo, viveu muitos anos na clandestinidade e na prisão, e, após a Revolução de Abril, participou em acções da URAP e era membro do núcleo



de Montemor-o-Novo do MDM desde a sua criação.

António Regala

António Regala, antifascista desde a juventude e membro do Conselho Nacional URAP, com um desempenho muito importante na criação e dinamização do núcleo de Aveiro da URAP, morreu dia 15 de Janeiro, em Aveiro, aos 69 anos.

Natural de Aveiro, onde nasceu a 17 de Janeiro de 1952, pertenceu aos Jovens

Democratas de Aveiro, e foi membro, em 1973, da Comissão Executiva do III Congresso da Oposição Democrata de Aveiro. Havia aderido quatro anos antes, em 1969, com 17 anos, ao PCP.

Ligado desde a infância ao Bairro da Beira-Mar, integrou o Círculo Experimental de Teatro de Aveiro (CETA)



e o Sport Clube Beira-Mar, do qual foi presidente. Foi membro da Assembleia Municipal de Aveiro, pelas listas da CDU.

Jaime Serra

Jaime Serra, herói da resistência, até agora o mais antigo antifascista vivo, ex-dirigente do Partido Comunista e deputado à Constituinte e à Assembleia da República morreu dia 9 de Fevereiro, aos 101 anos.

Nascido em Alcântara, Lisboa, a 22 de Janeiro de 1921, era membro do PCP desde 1935, pertencendo à sua Comissão Política, Comissão Central de Controlo e Quadros, Comissão Central de Controlo e Comissão Administrativa e Financeira.

Depois da Revolução, foi deputado à Assembleia Constituinte e sucessivamente, até 1983, à Assembleia da República, pelos círculos de Setúbal e Coimbra. Escreveu quatro livros sobre a sua experiência revolucionária.

Foi preso pela primeira vez aos 16 anos, numa distribuição do jornal *Avante!*. No Alfeite, onde foi operário até 1947, ajudou a organizar a célula clandestina do PCP e participou nas greves da construção naval de 1947. Por estar referenciado pela polícia, passa à clandestinidade.

Em 1949, Jaime Serra é preso pela segunda vez, sendo barbaramente torturado e não prestando declarações. A 3 de Novembro de 1950, evade-se de Peniche com Francisco Miguel. Acaba por ser preso em Dezembro de 1954 e evade-se de Caxias em Março de 1956. Após nova prisão em Dezembro de 1958, participa na célebre fuga de Peniche, a 3 de Janeiro de 1960, com Álvaro Cunhal e mais nove dirigentes e militantes comunistas. Não voltaria a ser preso.



Jaime Serra foi, desde 1970, responsável pela criação da Acção Revolucionária Armada, ligada ao PCP, que desenvolve acções contra a máquina de guerra do regime, como a colocação de uma bomba no paquete *Cunene*, a destruição de mais de 20 aeronaves da força aérea em Tancos ou a interrupção das comunicações durante a reunião da NATO em Lisboa.

Mário de Oliveira

O Padre Mário de Oliveira, conhecido como o Padre Mário da Lixa, que se distinguiu na luta anticolonial e na resistência antifascista - preso duas vezes pela PIDE em Caxias e julgado por subversão -, morreu a 24 de Fevereiro, com 84 anos.

O antigo pároco de Macieira da Lixa, em Felgueiras, nasceu a 8 de Março de 1937.

Enviado para a Guiné-Bissau como capelão das tropas portuguesas, depois da sua ordenação como padre, em 1962, e de

leccionar em liceus do Porto, foi expulso daquela colónia por afirmar estar ali para «pregar o Evangelho da Paz aos que lá faziam a Guerra Colonial».

Em Março de 1973, por decisão do Bispo António Ferreira Gomes, foi colocado na situação de «sem ofício pastoral oficial», ou seja, proibido de exercer o sacerdócio.

Mário de Oliveira torna-se jornalista e trabalha nos jornais *República*, *Página Um*, *Aqui*, *Correio do Minho* e, até ao fim da vida, dirige o jornal *Fraternizar*.



Foi autor de 52 livros, entre os quais *Fátima Nunca Mais*. Fundou e integrou diversas associações de dinamização cultural, social e cívica e foi activamente solidário com os povos da América Latina durante as ditaduras militares e fascistas do século XX.

FUGA DE CAXIAS, ACTO DE RESISTÊNCIA ANTIFASCISTA RUMO À VITÓRIA, FOI HÁ 60 ANOS

Cadeia de Caxias, 4 de Dezembro de 1961, 10h00. Ouve-se um grito: golo! E, em 64 segundos, oito militantes do PCP evadem-se do forte no automóvel blindado de Salazar.

Ao volante estava António Tereso, mecânico de automóveis, e que durante meses ganhou a confiança da PIDE para poder levar a cabo esta operação, que devolveu à liberdade António Gervásio, Domingos Abrantes, Francisco Miguel, Guilherme Costa Carvalho, Ilídio Esteves, José Magro e Rolando Verdial.

Numa iniciativa da URAP, com o apoio da Câmara Municipal de Oeiras, que evocou a fuga 60 anos depois, coube a Álvaro Pato, ex-presos político e da direcção da URAP, falar em primeiro lugar, sublinhando o sacrifício de muitos dos antifascistas, muitos deles presos vários anos.

«Por esta estação de Caxias passei várias vezes, para depois fazer o percurso a pé (...) até ao Reduto Norte de Caxias, para visitar o meu pai, Octávio Pato, e a sua companheira Albina Fernandes», disse, precisando que «o pai esteve preso nove anos e a Albina seis anos e meio, ambos sujeitos às célebres medidas de segurança, prolongando por mais três anos a condenação a que tinham sido sujeitos».

Álvaro Pato enumerou, em seguida, todos os familiares que estiveram presos em Caxias, terminando com a sua própria prisão a 25 de Maio de 1973. «Fui libertado na madrugada de 27 de Abril de 1974. Conheci também o Reduto Sul de Caxias, onde a PIDE também me submeteu a espancamentos e à tortura do sono durante 11 dias e noites. Passei eu a ser visitado pelos meus familiares», afirmou.

O militante comunista e Conselheiro de Estado, Domingos Abrantes, fez a descrição da fuga de Caxias e homenageou António Tereso, «que se fez passar durante 19 meses» por rachado, considerando-o um herói da resistência antifascista. Contou pormenorizadamente os acontecimentos em que participou, relatando que a esta se passou «à luz do dia e debaixo do fogo da GNR», que ele próprio «seria empurrado para o carro pelo cano de uma espingarda», e que mostrou inequivocamente como «o carro era mesmo blindado».

A cerimónia de 4 de Dezembro de 2021 decorreu perto da Estação da CP de Caxias, junto à peça escultórica evocativa da libertação dos presos políticos da prisão de Caxias, da autoria do escultor Sérgio Vicente, que representa o número de presos que estiveram detidos no Forte entre 1936 e 1974.



TRÁGICOS ACONTECIMENTOS DE 1946 EM CAMBEDO DA RAIÁ lembrados por portugueses e galegos

Cambedo da Raia, aldeia raiana do concelho de Chaves, que integrou um corredor de salvamento de quem fugia da violenta repressão franquista na Galiza, foi homenageado dia 18 de Dezembro por um grupo de 42 portugueses representante da FCSH-UNL, do Museu do Aljube Resistência e Liberdade, do Coro da Casa da Achada-Centro Mário Dionísio, e de outras associações antifascistas, entre as quais a URAP.

José Pedro Soares e Carlos Mateus, em representação da URAP, estiveram presentes, tendo o primeiro sublinhado a justiça da homenagem efectuada ao povo daquela aldeia que, sabendo os perigos que corria, deu mostras de enorme generosidade e solidariedade para com os seus vizinhos galegos, acabando por sofrer eles próprios a repressão fascista.

Anteriormente, Paula Godinho, da Universidade Nova de Lisboa (UNL) e da organização, contou a experiência que viveu na aldeia durante o tempo em que investigou estes acontecimentos reunidos em livro editado em Portugal sob o



título *Cambedo da Raia. Solidariedade galego-portuguesa silenciada*, uma obra colectiva editada pela Tigre de Papel.

Vamos todos comemorar os 48 anos do 25 de Abril!

Portugal festeja, este ano, 48 anos da Revolução de Abril. O levantamento militar do Movimento das Forças Armadas, logo seguido pelo levantamento popular, que pôs fim a um igual número de anos de obscurantismo e ditadura fascista.

Para a URAP, as comemorações do 25 de Abril, para além da organização e participação em manifestações populares em Lisboa, Porto e outros locais do País, terão uma vez mais como ponto alto a realização de sessões em escolas e colectividades, com a presença de expressos políticos, para contar aos mais jovens o que foi a revolução, como era o Portugal fascista e as vitórias e revezes na construção da democracia.

Lembrar e prestar homenagem aos que fizeram a revolução e aos que contribuíram durante longos anos – apesar da repressão, das prisões e da perda da própria vida - para que ela triunfasse é um imperativo das comemorações, ao mesmo tempo que passar o testemunho à geração mais nova é um dever de todos, para que esta lute igualmente pela manutenção de um Portugal livre e democrático.

Com o 25 de Abril conquistou-se liberdades e garantias, direitos políticos, económicos, sociais e culturais, afirmou-se a soberania e a independência nacionais, princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa.



Tempo de acção e luta

Fazemos esta evocação num momento importante, quando há um reforço de forças antidemocráticas e ultraliberais no Parlamento e na sociedade portuguesa e mundial. Mais do que nunca, para que Abril se cumpra é preciso lutar para acabar com múltiplas discriminações e injustiças sociais existentes, combater a pobreza, a desigualdade de género, a xenofobia e o racismo.

Sem que a pandemia da COVID-19 e as consequências sociais e económicas que dela advêm estejam ultrapassadas, devemos intensificar a nossa acção de esclarecimento, sobretudo junto das novas gerações.

Urge reforçar os serviços públicos, como o Serviço Nacional de Saúde, o ensino, a investigação, a cultura, as empresas estratégicas, conquistas fundamentais da Revolução de Abril.

Temos de lutar pela paz, quando se trava na Ucrânia um conflito com elevado potencial de escalar para uma guerra de proporções incomensuráveis, envolvendo a NATO.

Mais do que nunca, este ano vamos comemorar Abril nas ruas de Portugal, respondendo ao apelo da URAP e outras organizações e da Comissão Promotora das Comemorações Populares do 25 de Abril!

Viagem de Memória, Resistência e Luta aos Açores

A URAP promove, de 8 a 12 de Maio, uma viagem às ilhas Terceira e S. Miguel, nos Açores, que tem como objectivo principal o lançamento de um livro sobre os presos políticos que estiveram encarcerados na Fortaleza de S. João Baptista e no Castelinho, na cidade de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira.

Os Presos e as Prisões Políticas em Angra do Heroísmo será apresentado em Angra, com a participação do presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, José Gabriel Álamo de Menezes, e também em Ponta Delgada.

A viagem aos Açores terá igualmente uma vertente cultural, patrimonial, paisagística e de lazer.

As inscrições estão abertas e podem ser efectuadas em geral@urap.pt



URAP lembra, a 27 de Abril, a libertação dos presos políticos: fascismo nunca mais!

A URAP assinala a libertação dos presos políticos das prisões de Caxias e Peniche no próximo dia 27 de Abril, quando se cumprem 48 anos desse momento histórico da Revolução portuguesa.

De manhã, junto à peça escultórica de homenagem aos presos políticos de Caxias (junto à CP), será realizada uma primeira iniciativa, seguindo depois os participantes, de autocarro, para a Fortaleza de Peniche, onde decorrerá a segunda parte da evocação.



URAP PRESENTE NA EVOCÇÃO DO 18 JANEIRO DE 1934 NA MARINHA GRANDE

A evocação do 18 de Janeiro de 1934 foi mais uma vez assinalada na Marinha Grande com um desfile, no qual a URAP participou. Iniciado no cemitério de Casal Galego, onde foi feita uma deposição de cravos nas sepulturas dos revoltosos, os manifestantes percorreram a avenida central, concentrando-se na Rotunda do Vidreiro, junto ao monumento. Entreviaram um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira (STIV) e a Secretária-geral da CGTP-IN, Isabel Camarinha.

A URAP, representada pelo coordenador, José Pedro Soares, e o

MDM, organizaram nessa tarde uma sessão, no auditório da cidade, a que deram o título À Conversa com as Mulheres da Marinha Grande. Um dos temas abordados em todas as iniciativas versou sobre a intenção dos vereadores do Movimento + MPM e do PS, com a oposição dos eleitos da CDU, de deslocalizar o Monumento ao Vidreiro, instalado na rotunda, para uma artéria lateral. Esta intenção tem provocado grande polémica e descontentamento, desde logo por parte do STIV.

A revolta da Marinha Grande de 1934 foi uma resposta à entrada em

vigor do Estatuto do Trabalho Nacional, fascista, e à proibição dos sindicatos livres, dando origem a outros, subjugados ao poder corporativo. Por todo o país, os trabalhadores combateram a fascização dos sindicatos e convocam para 18 de Janeiro uma greve geral revolucionária, com o objectivo de derrubar o governo de Salazar.

A insurreição falhou, mas na Marinha Grande os operários vidreiros tomaram o poder por algumas horas. A revolta seria esmagada por uma feroz repressão, com muitos dos presos a inaugurar o Campo de Concentração do Tarrafal.

Marília Villaverde Cabral tornou-se sócia honorária de *A Voz do Operário*

A Voz do Operário homenageou, dia 12 de Fevereiro, Marília Villaverde Cabral, vice-presidente da Assembleia Geral da URAP e coordenadora da organização entre 2009 e 2020, em «reconhecimento de uma vida inteiramente dedicada às causas dos trabalhadores e do povo português».

Na presença de mais duzentas pessoas, dirigentes de A Voz do Operário, autarcas, representantes do movimento associativo, grupos parlamentares, sócios honorários e sócios da URAP, amigos e familiares da homenageada, coube ao director-geral de A Voz do Operário, Vítor Agostinho, dirigir a sessão solene, seguida de jantar.

O presidente da Assembleia Geral de A Voz do Operário, Libério Domingues, foi o primeiro a intervir, referindo-se - sob uma grande ovação - a Marília Villaverde Cabral como uma «grande mulher», afirmando que, ao homenageá-la, «estamos a homenagear os antifascistas»,

e que «é preciso lembrar que houve fascismo em Portugal».

Marília Villaverde Cabral, agradecendo a homenagem, assegurou que «não estou estou sozinha. Levo comigo, na memória e no coração todos aqueles que, com coragem, enfrentaram as prisões, o desterro, as torturas e até a morte na luta pela Liberdade e por um Portugal onde se pudesse viver melhor e ser mais feliz».

Antes da homenageada entreviaram várias personalidades como o presidente de A Voz do Operário, Manuel Figueiredo; Domingos Lobo, director do jornal; Inês de Medeiros, presidente da Câmara de Almada; José Pedro Soares, coordenador da URAP; José Carlos Batalha, presidente da Assembleia Geral da CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social e da associação local O Mirantense; a vereadora, com o pelouro da Habitação, da Câmara Municipal de Lisboa, Filipa

Roseta; e Dinis Lourenço, em nome da CGTP-IN.

A meio da sessão foi exibido um vídeo com testemunhos de crianças, do projecto educativo de A Voz do Operário, que versou sobre o trabalho da homenageada como lutadora antifascista, da URAP e da importância da memória.



UMA VOZ AO SERVIÇO

Oito anos depois da formação do primeiro governo operário da história através da Comuna de Paris, as mulheres e os homens que defendiam os mesmos princípios e trabalhavam em Lisboa por meia dúzia de tostões na indústria tabaqueira decidiram fundar o jornal *A Voz do Operário*. Perante o silêncio dos órgãos de comunicação social da época em relação às reivindicações dos tabaqueiros, o operário Custódio Gomes proferiu uma frase que ficou célebre entre os associados desta instituição: «Soubesse eu escrever, que não estava com demoras. Já há muito que tínhamos jornal. Bem ou mal, o que lá se disser é o que é a verdade.» De seguida, propôs a criação de uma publicação operária.

Em 1872, segundo dados enviados pelo socialista português José Nobre França a Friederich Engels, os operários tabaqueiros representavam 30% dos trabalhadores organizados em Lisboa na Associação Fraternidade Operária. O historiador Carlos da Fonseca contabilizou o número de greves em Portugal no período entre 1852 e 1910. Os operários tabaqueiros surgem como o 6.º sector mais combativo, atrás dos sectores têxtil, corticeiro, conserveiro, gráfico e chapeleiro.

Foi nesse contexto que, a 11 de Outubro de 1879, Custódio Braz Pacheco impulsiona aquele que é hoje o mais antigo dos jornais operários em circulação e uma das dez mais longevas publicações da imprensa nacional. Três anos depois, pela exigência financeira que implicava a manutenção do jornal, estes trabalhadores decidem criar uma sociedade cooperativa e dar-lhe o mesmo nome, *A Voz do Operário*. O objectivo era «sustentar a publicação do periódico», «estudar o

modo de resolver o grandioso problema do trabalho» e «estabelecer escolas, gabinete de leitura, caixa económica e tudo quanto, em harmonia com a índole das sociedades desta natureza, e com as circunstâncias do cofre, possa concorrer para a instrução e bem-estar da classe trabalhadora em geral e dos sócios em particular». Nesse momento, eram 316 sócios e comprometiam-se a pagar uma quota semanal de vinte réis, valor que teriam de retirar aos seus magros salários.

Por ocasião do 10.º aniversário d' *A Voz do Operário*, em 1889, Costa Goodolfin, estudioso e promotor do associativismo popular, vê uma esperança: «o movimento operário apresenta-se cada dia mais imponente, afirmam-se os direitos, tracejam-se planos de vastíssimo alcance social.» O jornal e a associação dedicavam-se a divulgar os trabalhos de Marx, Engels e Lênine, entre outros. Nos primeiros anos, o jornal publicou uma parte de *Miséria da Filosofia* de Karl Marx (com tradução de Heliodoro Salgado) e o *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels (traduzido por José Nobre França). Entre os primeiros colaboradores do jornal estava Azedo Gneco, que se correspondia com Engels. Rapidamente, *A Voz do Operário* se tornou num jornal e associação muito para lá das fronteiras das reivindicações tabaqueiras. Quando Goodolfin faleceu, em 1911, o jornal era um semanário com uma tiragem de 52 mil exemplares, estava a publicar em folhetim a primeira edição em língua portuguesa de *O Capital* de Karl Marx, na versão resumida por Gabriel Deville. E ainda cresceu mais, atingindo uma tiragem semanal de 60 mil exemplares até 1917.

Em 1912, em plena república, o presidente Manuel de Arriaga assiste ao



lançamento da primeira pedra no local da construção da actual sede d' *A Voz do Operário*. Em 1932, quando ficam concluídas as obras, a instituição tinha cerca de 70 mil sócios e era o mais importante núcleo de instrução primária em Lisboa com milhares de alunos, a maioria filhos de operários.

A longa noite fascista

Apesar de ser uma das casas de muitos sindicalistas e da luta operária, a instituição nunca foi encerrada pelo regime. Com vários dirigentes e associados presos, *A Voz do Operário* esteve presente em vários momentos da resistência ao fascismo.

No 1.º de Maio de 1928, Bento Gonçalves discursou no salão d' *A Voz*. No fim do mesmo ano, presidiu, também n' *A Voz*, à festa anual da Liga Pró-Moral, fundada por funcionários d' *A Voz*, que tinha sede do sindicato do Arsenal da Marinha sob a direcção daquele que viria a ser secretário-geral do PCP.



DA LUTA E RESISTÊNCIA

Em 1934, a recém-criada PDVE torturou o sindicalista Manuel Tomé até à morte. Era dirigente da vizinha cooperativa Caixa Económica Operária. Um ex-presidente da assembleia geral d' *A Voz*, Júlio Luiz, que deixara este cargo ainda há poucos meses, também tinha sido preso. Felizmente, dessa vez não voltou a ser deportado para África. Um dos ativistas que nesses anos asseguraram a continuidade de *A Voz do Operário* foi o torneiro mecânico Júlio Ferreira de Matos, antigo preso político durante a República e um dos fundadores do PCP. Integrou então a direção, o conselho fiscal, a comissão de pareceres. E colaborou pontualmente no jornal. Voltou a ser preso em 1937 por auxiliar militantes clandestinos.

As páginas do jornal foram alvo da censura durante o fascismo. Entre 1938 e 1940, o director e o chefe de redação d' *A Voz do Operário* foram respectivamente José Gregório de Almeida e Amílcar Costa, dois dos mais destacados sindicalistas portugueses no período da República, no sector dos empregados no comércio. Em 1913, José Gregório de Almeida foi fundador e primeiro secretário-geral da Federação Portuguesa de Empregados no Comércio, até 1915. Amílcar Costa desempenhou essa tarefa entre 1917 e 1919. Este sindicalista foi duas vezes preso político, em 1918 e em 1942. A primeira vez aconteceu sob o regime de Sidónio Pais, e o pretexto foi estar a dirigir uma greve. Na segunda vez, sob a ditadura de Salazar, aconteceu por suspeita de estar envolvido em propaganda subversiva. Mas não se deixou intimidar. E em 1945 deu a cara pela oposição à ditadura como dirigente local do Movimento de Unidade Democrática (MUD). José Gregório de

Almeida e Amílcar Costa faleceram, respectivamente, em 1954 e 1960. Ambos foram sepultados envoltos na bandeira d' *A Voz do Operário*. Já não chegaram a ver o fim da ditadura. Mas contribuíram para que este jornal sobrevivesse.

A partir de 1945, com a derrota do nazi-fascismo alemão e italiano na Segunda Guerra Mundial, a luta antifascista ganhou novas dimensões. Nesse mesmo ano, *A Voz do Operário* cria o primeiro Museu do Trabalho em Portugal. Para além de uma exposição, estava preparado um ciclo de conferências. Ainda se puderam realizar algumas sessões mas a ditadura proibiu vários debates em que participava o professor Ferreira de Macedo, fundador da Universidade Popular Portuguesa, e o escritor Aquilino Ribeiro. Em protesto, a direcção d' *A Voz* decidiu suspender o programa. No ano seguinte, no salão da associação, a 30 de Novembro, Bento de Jesus Caraça, vice-presidente da comissão central do MUD participou numa sessão como orador, proferindo um discurso sobre «Aspectos do panorama cultural português». Tinha sido preso no mês anterior e acabou preso no mês seguinte, passando uma noite na cadeia do Aljube.

No dia 16 de Maio de 1947, a PIDE prendeu o então director d' *A Voz do Operário*, Raul Esteves dos Santos, um dos fundadores do MUD. O seu nome surgiu nuns «documentos apreendidos» e tornou-se suspeito de estar envolvido em «atividades conspiratórias» de um «movimento revolucionário» para derrubar a ditadura. Foi um processo que visou 24 democratas, entre os quais o advogado Vasco da Gama Fernandes, que viria a ser o primeiro presidente da Assembleia da República, e o jovem

comunista Carlos Pato, que seria três anos depois assassinado pela PIDE.

Entre 1949 e 1953 o jornal *A Voz do Operário* teve um outro antigo preso político como director: Domingos da Cruz. Este marinheiro e maçom, deputado da República, foi preso e esteve deportado entre 1930 e 1932, primeiro nos Açores e depois em Cabo Verde.

Mas a *A Voz do Operário* também teve o seu papel nas campanhas presidenciais de Norton de Matos e Arlindo Vicente com a organização de comícios destas candidaturas. Foi n' *A Voz do Operário* que se realizou a primeira sessão da campanha presidencial do general Norton de Matos, no dia 10 de janeiro de 1949.

Apesar da censura e da repressão, a instituição e o seu jornal nunca deixaram de estar ao lado da resistência e da luta dos trabalhadores. Exemplo disso são as reuniões sindicais realizadas n' *A Voz do Operário* no processo de fundação da Intersindical.

Quando a revolução de Abril derrotou o fascismo, muitos dos antigos operários e resistentes d' *A Voz* que vinham da República já haviam morrido, mas deixaram para esta instituição exemplos que permanecem indelévels. Desde então, *A Voz do Operário* tem procurado defender a memória da resistência antifascista nas páginas do seu jornal e através da formação de várias gerações de crianças e jovens, semente de futuro e liberdade. Porque o antifascismo constrói-se na luta de todos os dias.

Bruno Amaral de Carvalho

Jornalista



A expressão da política de resistência nas paredes

As paredes preenchidas de mensagens políticas inscritas em frase e em imagem preencheram a paisagem urbana de Portugal de Abril e representam, ainda hoje, parte do imaginário colectivo que temos sobre a Revolução. De entre todos os elementos que preencheram as nossas paredes, o mural assumiu grande proeminência, tendo sido utilizado como manifestação pública da consciência política por partidos políticos, associações culturais, comissões de moradores, e, entre outros, por iniciativa cidadã.

E.M. de Melo e Castro referia em 1977 que «A escrita nas paredes é pois um facto altamente revelador da liberdade de um POVO e uma manifestação colectiva da força comunicativa da sua vontade.»¹. Essa vontade, essa liberdade, é desde 1976 um direito consagrado na Constituição da República Portuguesa (artigo 37º, CRP) onde está inscrito que «Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio (...)» sendo que «O exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura»². Durante o processo revolucionário, a pintura mural proliferou no espaço público como ferramenta de comunicação, sem que existisse uma oposição expressiva à sua realização por estar na via pública. Transformou-se



nesse período em material de propaganda essencial para alguns partidos, entre os quais o PCTP/MRPP, o PS, a UDP e o PCP, que ainda hoje o utiliza como veículo regular de comunicação com as populações.

Contudo, a adopção de medidas restritivas à inscrição livre nas paredes das nossas cidades começou a ser efectuada de forma progressiva, sobretudo a partir de 1978. Disso dá nota, por exemplo, a 1.ª Assembleia de Organização das Artes e Letras do PCP em Lisboa (1978), que aprovou uma moção de protesto sobre a decisão da Câmara Municipal de Lisboa (CML), na altura presidida pelo PS, que visava a proibição da pintura de murais e afixação de cartazes numa extensa área da cidade.

O caminho da proibição, ilegal, associado fortemente à tentativa de restrição da liberdade de expressão e propaganda, começou desde então a ser trilhado, mantendo-se até à actualidade. Ignorando que a liberdade de expressão consagrada na nossa CRP garante não só o direito de manifestar o próprio pensamento, como também o da utilização dos meios através dos quais esse pensamento pode ser difundido - incluindo portanto a pintura de murais e outras inscrições no espaço público - alguns municípios têm procurado estratégias de coação e tentado formas de criminalização sobre quem exerce esse direito. Essa atitude tem sido evidente relativamente ao domínio da expressão de cidadania, para a qual o espaço público sempre foi um espaço de criação e reacção criativa, de expressão e



¹ Melo e Castro, E. M. de (1977) Pode-se escrever com isto. Colóquio Artes nº 32 (pp. 48-61). Fundação Calouste Gulbenkian.

² Constituição da República Portuguesa (2005). <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>



manifestação de resistência, mas também no domínio partidário. É frequente, por exemplo, a abordagem de forças de segurança pública a activistas partidários que estão a fazer inscrição mural como forma de comunicação e propaganda, procurando obstaculizar ou impedir a sua realização. Mesmo apesar de as excepções à liberdade de propaganda estarem taxativamente previstas por lei, assentando na proibição da utilização de materiais não biodegradáveis e na proibição de realização de intervenções murais em edifícios e estruturas com uma natureza ou função específica³ (n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º, Lei n.º 97/88). Não deixa de ser digno de nota que, embora esta lei regule a afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda, sejam estas últimas as mais reprimidas.

Recentemente, o caminho de obstrução à livre intervenção mural tem sido acompanhado por uma estratégia de sobre-ocupação das paredes. E intencionalmente ou não, a vaga de iniciativas e programas públicos de arte urbana tem contribuído para esta estratégia. Enquanto se ocupam as paredes da cidade com intervenções artísticas escrutinadas pelo poder local, retira-se espaço à sua ocupação livre. Claro que a intervenção artística mural pode ser politizada e tem-no sido, como aqui já foi referido, desde o 25 de Abril de 1974. Actualmente, continuam a existir colectivos, associações e cidadãos, entre os quais artistas, que não prescindem dessa liberdade. Não obstante, a institucionalização de gabinetes e galerias de arte urbana sob gestão camarária, que

fazem depender a intervenção mural da sua aprovação, limita o seu âmbito, o seu contexto de realização e reduz os espaços desocupados da cidade para a sua ocupação livre. Recorrendo à inscrição popularizada em várias paredes do mundo - «paredes brancas, povo calado» - poder-se-ia dizer que a cacofonia de imagens e mensagens também pode significar «povo calado», sempre que se restrinja a inscrições «autorizadas» e que ao povo lhe sejam limitadas as liberdades e direitos consagrados por lei.

Cristina Pratas Cruzeiro

Historiadora da Arte/ Investigadora científica



³ Lei n.º 97/88 (1988) <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/97-1988-377083>

Parar a guerra. Dar uma oportunidade à paz!

A URAP juntou-se ao CPPC e a muitas outras organizações na realização de várias acções de rua, no dia 10 de Março, com o lema *Parar a guerra. Dar uma oportunidade à paz!*.

Numa posição tornada pública no dia 4 de Março, a URAP, perante a invasão da Ucrânia por tropas russas, iniciada no dia 24 do mês anterior, apelava à «imediata cessação das operações militares e à adopção de uma solução negociada para o conflito, de acordo com o Direito Internacional e os princípios da Carta das Nações Unidas». A guerra, prossegue a URAP, «não é solução para a resolução de conflitos, nem serve os interesses dos povos, que são dela sempre as primeiras vítimas».

Lembra, igualmente, a «estratégia de alargamento, expansão e colocação de bases, armamento e contingentes militares junto às fronteiras da Rússia», que EUA e NATO vêm prossequindo desde há décadas, violando tratados que se constituíam como garantes do equilíbrio geo-estratégico e da



segurança internacional. A actual situação na Ucrânia é inseparável desta estratégia, acrescenta-se.

A URAP relaciona ainda com a recente escalada o golpe de Estado de 2014, promovido pelos EUA, a NATO e a UE, e «protagonizado por grupos neonazis contra um governo democraticamente eleito».

O regime xenófobo e belicista imposto na sequência desse golpe «nunca respeitou

os Acordos de Minsk, de 2015, que previam o fim dos confrontos armados entre as duas partes ucranianas e a concessão de uma autonomia à região do Donbass, de maioria russófona».

A URAP denuncia ainda a «comunicação social quase sempre manipuladora» e reafirma a validade dos princípios inscritos no artigo 7.º da Constituição da República Portuguesa.

Assembleia-geral a 30 de Abril

A URAP realiza a sua assembleia-geral, no seu dia de aniversário, a 30 de Abril, às 11h na Casa do Alentejo, em Lisboa. Estarão em debate as contas, o relatório de actividades e o plano de acção para 2022. O programa da Assembleia inclui a realização de almoço comemorativo no mesmo local. Participa!

Ter as quotas em dia, reforçar a URAP!

Apelamos a todos os sócios para que paguem as quotas relativas ao ano de 2022, considerem a possibilidade de as aumentar e liquidem as quotizações atrasadas.

Pagar quotas é uma obrigação estatutária e a receita mais sólida que une os sócios à URAP. Permite à URAP levar a cabo a sua actividade de resistência antifascista e preservação da memória.

Podem ser regularizadas directamente no núcleo ou por transferência bancária para o NIB 0007 0021 0014 3750 00653

CELEBRAR O ANIVERSÁRIO DA URAP

A URAP faz 46 anos a 30 de Abril. Para comemorar este aniversário, apela-se a todos os núcleos para que organizem iniciativas, nomeadamente entre o dia do aniversário e 15 de Maio.

A URAP reúne nas suas fileiras antifascistas com intervenção durante a ditadura fascista, aos quais se juntaram gerações mais novas que defendem a preservação da memória e a defesa da democracia. A URAP é herdeira da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (CNSPP), criada durante a ditadura por antifascistas que enfrentaram a repressão para defender os presos políticos, prestar-lhes apoio material e jurídico e divulgar a sua situação em Portugal e no estrangeiro.

Os conturbados e exigentes tempos que vivemos obrigam a que redobremos o nosso trabalho contra o esquecimento, pela liberdade e a democracia, pela paz.



WWW.URAP.PT

www.facebook.com/uniaoderesistentesantifascistasportugueses